

GÊNERO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Nilce Vieira Campos **Ferreira** – UFMT

Resumo

As moças brasileiras foram alvo e submetidas constantemente a um formativo e sólido discurso religioso impregnado de veemência moral e construções sociais. As mulheres deveriam tornar-se imagem de pureza, da virtude feminina, um “modelo” a ser seguido. Procuo responder: Quais os pressupostos para o ensino de Economia Doméstica? Objetivo analisar qual a formação geral oferecida nesse curso. Ajuízo que o ensino de Economia Doméstica representava uma expressão da aliança tácita entre Estado, Igreja e oligarquia. Buscava-se uma educação conservadora consoante o programa brasileiro de civilização da sociedade pela escolarização. A aprendiz precisava ser “preparada” para tornar-se um instrumento a favor da civilização, um “inventário social e moral” tentando levá-las a desempenhar ofícios domésticos e sociais, ou seja, “coisa de mulher”. Avalio que às mulheres reservava-se um lugar demarcado, um espaço a ser cuidado, vigiado, uma vez que ela deveria ser guardiã do lar, bastião moral e social das famílias, uma moça de família destinada ao exercício de “atividades naturais” como cuidar da casa, marido e filhos.

Palavras-chave: Educação das mulheres. Instituições escolares. Ensino profissionalizante.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

INTRODUÇÃO

Esse texto emergiu a partir de minha investigação para o doutoramento defendido em 2012 que versa sobre a Escola de Economia Rural Doméstica, uma instituição pública federal. Nela, analisei, a partir de uma visão histórica, as estruturas da formação para Economia Doméstica, nível secundário profissionalizante, no Brasil, compondo sua trajetória nos anos de 1953 a 1997. Examinei os percursos que uma instituição ao oferecer essa formação foi seguindo, no intuito de delinear a formação para o trabalho com atividades pedagógicas direcionadas à educação das moças

brasileiras. Procurei compreender como algumas práticas cotidianas e comuns à escolarização feminina se desenvolveram como expressão da historicidade e dos processos de continuidade de seu processo evolutivo.

Para isso, fontes escritas/ documentais, como relatórios, livros de atas, matrizes curriculares, programas de curso, imprensa local e oficial, fotografias e outros documentos compuseram a pesquisa. Testemunhos orais de ex-diretoras da escola e de algumas alunas egressas do curso que atuaram/atuam na instituição em estudo complementaram as lacunas.

Avalio que a criação e consolidação das Escolas de Economia Doméstica no país representou uma expressão prática da aliança tácita entre o Estado, Igreja e oligarquia brasileira. O que se buscava era uma educação conservadora para as mulheres, uma educação que as mantivesse recatadas, no espaço do lar. Na prática pedagógica diária, o trabalho era encarado como método comum. As alunas executavam trabalhos manuais, tantos quantos possíveis em horas apropriadas de modo a levá-las a “ocupar o tempo”: trabalhos de agulha, o corte e confecção de peças de vestuário, cuidados de higiene, com a casa, com as refeições familiares entre outros.

Nessa linha de investigação, emerge esse texto que ora apresento, ponderando que essa formação oferecida às moças, ao mesmo tempo em que as influenciou nos seus percursos, também foi referendada por normas, modelos, experiências múltiplas, como averíguo ao se analisar de onde surgiu e como se constituiu a formação em Economia Doméstica no Brasil.

Economia Doméstica: princípios e destinatárias

O ensino de Economia Doméstica data dos anos de 1865 e surgiu com o intuito de formar donas de casa. Outro princípio, elemento norteador dessa modalidade de ensino, foi a orientação para o trabalho na administração familiar ou para a administração dos recursos disponíveis para a consecução dos objetivos da família (BRASIL, 1980).

O ensino de Economia Doméstica¹ foi, entretanto, uma das mais recentes disciplinas introduzidas no currículo escolar. Esse ensino na forma de disciplinas que

¹ Ellen Richards, Isabel Bevier e outras acadêmicas, no início do século XX, reuniram-se nessa conferência, a fim de estabelecer um currículo para a Economia Doméstica em busca de cursos que

integravam o currículo de escolas destinadas às moças surgiu na Europa em meados do século XIX. A primeira iniciativa, de forma organizada, ocorreu na Noruega em 1865, por meio do Ministério da Agricultura daquele Estado. Em outros países como os Estados Unidos e França, o ensino de Economia Doméstica data do final do século XIX ou início do século XX, como parte do currículo escolar em diferentes níveis (STIEHLER, 1939).

O modelo francês institucionalizou programas escolares com práticas que progressivamente iriam transformar o lar em espaço propício para a aprendizagem de certos conteúdos e que mais tarde se tornaria o ensino de Economia Doméstica. Esse modelo influenciou o primeiro curso instalado no Rio de Janeiro em 1937, no Instituto Familiar e Social. Essa influência perdeu espaço após 1950 quando o modelo americano se instalou em função dos acordos técnicos assinados entre Brasil e Estados Unidos (RATTO, 1992).

Para Juan Diaz Bordenave (1974), essa profissão se vinculou às características culturais dos colonos europeus ingleses que se estabeleceram no continente norte-americano. Pioneiros e suas famílias mantiveram seus padrões culturais de origem e consideravam importante o ensino das atividades relacionadas com o lar e a sua manutenção².

O trabalho da mulher era concebido apenas como atenção e cuidado com as tarefas do lar, sendo confiado às mães o ensino das crianças e o controle das despesas econômicas da casa. Dessa forma, os conhecimentos necessários eram transmitidos de geração a geração. O impulso econômico registrado em 1860, na Europa, transformou essa concepção. A indústria tomou a seu cargo certos trabalhos como produção de fios, tecidos, preparação de sabão entre outros. Isso fez com que a demanda por trabalho artesanal diminuísse. As fábricas passaram a empregar moças e mulheres, uma vez que necessitavam de maior mão de obra, além do que o trabalho feminino era menor remunerado. Com as mulheres no trabalho, foi necessário que a escola educasse a nova geração de mulheres para o trabalho doméstico (STIEHLER, 1939).

oferecessem oportunidades profissionais para as mulheres na época. Essas Conferências deram origem à criação das Associações Americanas de Economia Doméstica, atualmente Associação Americana da Família e Ciências de Consumo. A Brief History of how Home Economics Came to Be. Disponível em: <http://sitemaker.umich.edu/356.swidler/_history>. Acesso em: 3 set. 2012.

² Outra razão para o aparecimento de cursos de economia doméstica conecta-se ao processo de industrialização acelerada nos Estados Unidos, o que levou as donas de casa a valorizar tudo o que pudesse contribuir para administração eficiente do lar (BORDENAVE, 1974).

Nos Estados Unidos, Economia doméstica começou como um curso universitário para mulheres, quando a Lei Morrill em 1862 estabeleceu a doação de terras para instrução em universidades com subsídios estabelecidos para o propósito de ensinar agricultura, ciência e engenharia. Estudos de Economia Doméstica também foram criados para destinados a ensinar às mulheres habilidades consideradas essenciais para a vida. Essas habilidades de vida incluíam a administração da casa, da família e a gestão financeira. Em 1899, estes estudos foram nomeados como Economia Doméstica em uma conferência Lake Placid, na qual mulheres como Ellen Richards e Isabel Bevier decidiram que era importante, no ensino fundamental e médio, os/as alunos/as aprenderem essas habilidades³ (BROWN; PAOLUCCI, 1993).

O curso de Economia Doméstica também recebeu outras denominações como Curso de Família e do Consumidor, Curso de Ciências Domésticas. Esses cursos sempre estabeleceram estreito paralelo com a educação para as mulheres, com amplo avanço propiciado pelas condições políticas, econômicas e técnicas na última metade do século XIX. Antes disso, esse ensino formal para as mulheres era praticamente inexistente. Essa disciplina ao ser instituída objetivou desenvolver uma profissão que compreendesse as obrigações e oferecesse oportunidades de trabalho para as mulheres, com princípios científicos e processos para melhorar a gestão das famílias, considerando-as como “célula mater da sociedade”.

Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão (CAPANEMA, 1937, p.1).

Chiquieri (2008) descreveu que, no Brasil, os primeiros cursos foram criados em 1937, no Instituto Familiar e Social: Educação Familiar e Serviço Social. Inicialmente esses cursos eram complementares, com disciplinas comuns que compunham os currículos. A criação desses cursos refletia transformações e problemas vividos pela sociedade brasileira nos anos de 1930, voltados para a questão social e mantinham

³ BROWN, MARJORIE; Paolucci, Beatrice. *Home Economics: A Definition*. Washington, D.C.: American Home Economics Association, 1993.

estreita vinculação às iniciativas da Igreja Católica e com intelectuais católicos. A ação da Igreja era dirigida à população feminina, principalmente dos setores mais abastados, para qualificar os católicos leigos, numa espécie de missão de apostolado junto à família proletária⁴. Recorro também a Guacira Louro (2011) que posteriormente apontou que a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos e formadora de futuros cidadãos.

Foi também dentro desse quadro que se construiu para a mulher, uma concepção de trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável até o momento do casamento, ou para mulheres que ficassem sós – solteironas e viúvas (LOURO, 2011, p. 453).

Com a visão dessa função social da mulher, esposa e mãe, alastrando-se, tornou-se necessário angariar novos aliados para uma contrarreforma. Isso levou a igreja a procurar a burguesia ascendente para que fornecesse à igreja católica clientela segura. Ao mesmo tempo, a burguesia anuiu a esse conluio porque suas filhas receberiam instrução a investir no futuro seguro. Essa necessidade da igreja coincidiu com a preocupação dos governantes com o atraso generalizado das regiões brasileiras em relação às nações desenvolvidas e com a tardia inclusão nos processos industrializados e na modernidade. Com isso, nossos governantes entenderam ser forçoso educar também as mulheres.

O curso de Educação Familiar do Instituto Social perdurou 30 anos. O vestibular foi suspenso, em 1967, por falta de regulamentação da profissão, além da baixa procura e das limitações da licenciatura para o mercado de trabalho. Contudo, fundamentou a criação de outros cursos, inclusive o curso de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RATTO, 1992).

Esses cursos serviram como ponto de partida para a criação e instalação de outros cursos destinados à formação da mulher no país, muito embora perpetuassem o modelo católico no que se refere à educação feminina. Os Cursos de Educação Familiar visavam preparar técnicas em assuntos familiares, na perspectiva do serviço social.

⁴ A criação do primeiro Curso de Educação Familiar do Instituto Social correspondeu a uma tentativa de normatização das famílias tomando como parâmetro a educação da mulher, despreparada para atuar em conformidade com o seu destino “natural”. No Brasil, o curso na época denominado Educação Familiar, constituiu a primeira fase, a de implantação de um modelo calcado na experiência francesa (RATTO, 1992, p. 59).

Formar entre mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso formar assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham ser no meio em que vivam e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica (LIMA, 1982, p. 66).

Na perspectiva de se formar entre as mulheres a visão de serem elementos de renovação pessoal e “católica”, a Economia Doméstica foi encarada na família, no ambiente ou na comunidade como fator de organização, administração e bem estar geral na vida do lar ou no desenvolvimento pessoal do grupo, da comunidade. Constituiu verdadeira forma de socialização humana, coexistindo uma percepção entre as mulheres de que as obrigações da casa prorrogavam-se para além de seus muros. Afinal, “o sustento das famílias cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como sinal de sua masculinidade” (LOURO, 2011, p. 453).

A peculiaridade do Curso de Educação Familiar foi a transferência dessa mentalidade e de seus ideais para o curso de Economia Doméstica, iniciado a partir de 1951 na Universidade Rural do Brasil⁵. Desde 1947, o Instituto Social tentava “participar do movimento a favor do progresso do meio rural”. Para colocar em prática esses objetivos realizou uma série de estudos, cujas conclusões foram apresentadas ao Ministério da Agricultura, em 26 de abril de 1951. Entre muitas considerações foram destacados efeitos danosos do êxodo rural, o crescente desenvolvimento das cidades, a “ignorância” da mulher do interior que de modo geral não se encontrava à altura das suas obrigações caseiras para suprir as deficiências do meio (CHIQUIERI, 2008, p. 11-12).

Depreende-se, desse modo, que cabia à Economia Doméstica estimular a ação educativa e preparar as gerações femininas para os futuros deveres maternos, domésticos e sociais. Os objetivos da formação profissionalizante seriam atingidos nas formas de atuação das mulheres na sociedade, principalmente na industrialização na

5 As origens do Curso de Economia Doméstica encontram-se ligadas aos convênios feitos entre o Brasil e os Estados Unidos. Mais especificamente, em 1951 a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) efetivou um convênio com a Universidade de Purdue (Indiana, E.U.A.) que enviou a Viçosa dois especialistas, um deles responsável pelo programa de extensão e o outro pelo de Economia Doméstica (RATTO, 1992).

qual nasciam as enormes fábricas. As cidades se tornavam formigueiros humanos e a urbanização provocava o êxodo rural contra o qual era preciso lutar.

Considerando a importância da fixação do homem ao campo, além de visar o “progresso” das comunidades rurais, foi necessário estimular a presença, no meio rural, de pessoas esclarecidas, para orientar essas atividades. Contudo, como não havia pessoas com formação adequada para esse tipo de trabalho, os governantes sugeriram a criação de escolas especializadas, “femininas, autenticamente agrícolas, para preparar moças do interior, capazes de atuar como assistentes sociais rurais, educadoras familiares agrícolas ou auxiliares rurais”. A cooperação para este fim veio da Ação Católica Brasileira, por meio da elaboração de um anteprojeto (RATTO, 1992, p. 42-60).

A recuperação das ideias dominantes sobre a educação feminina mostra a importância que o ensino de economia doméstica assumia no contexto de tentativa de modernização do Brasil. Isto é, a modernidade almejada a partir das décadas de 20 e 30 incluía também uma família moderna. Daí a necessidade de uma educação feminina diferenciada de forma a que as mulheres pudessem cumprir com suas obrigações “naturais”. A difusão das ideias para a modernização das famílias exigia a criação de um curso que “ensinasse” os comportamentos morais e materiais condizentes com a ordem burguesa. Por isso a Escola de Educação Familiar do Instituto Social se instala no rastro destas ideias (RATTO, 1992, p. 40).

O acesso das mulheres à educação e instrução visando sua profissionalização se tornou relevante, afinal faltavam pessoas com boa formação.

A Concepção do Curso de Economia Doméstica

O Curso de Economia Doméstica foi concebido para que as moças tivessem formação adequada para dirigir sua casa, cuidar de seus filhos e atender as questões de higiene básicas necessárias para que a mulher obtivesse uma formação condizente com a ordem urbana industrial que se instalava no Brasil.

A partir de 1950, outros cursos de Economia Doméstica começaram a surgir no Brasil seguindo o modelo americano, devido aos programas de cooperação técnica

brasileira com os Estados Unidos, MEC/USAID⁶. Os dois governos, nesse período, tentaram conciliar o modelo político nacional-desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição das importações com a participação do capital estrangeiro. Com o avanço do capitalismo para os países periféricos, no Brasil, a entrada de capitais externos era discutida como opção para acelerar o desenvolvimento, compondo um consenso entre os grupos sociais na defesa da industrialização. A formação das mulheres, nesse contexto, assumiu importância crucial.

Constato que os grupos hegemônicos que detinham o poder do Estado se arvoraram detentores do monopólio da violência simbólica legítima⁷. Como tal, atuaram impondo a sua ordem e classificando os indivíduos entre os que podiam e os que não podiam ter acesso ao saber escolarizado, na mesma lógica da dominação do capital. Enquanto poucos obtinham a propriedade dos meios de produção e tinham acesso aos meios de produção e seus saberes, a imensa maioria se encontrava separada das condições objetivas dessa produção, detendo apenas o indispensável para sua própria subsistência, submetendo-se às leis do mercado, ou seja, aos interesses dos primeiros, da elite que comandava o país (SILVA, 2009). Com a sociedade brasileira dividida entre os que defendiam a industrialização sob o controle total do capital nacional e os partidários da participação e comando do processo de industrialização brasileira pelos capitais estrangeiros, nos cursos de Economia Doméstica as atividades de extensão rural foram amplamente divulgadas e se tornaram prioritárias.

A presença dos EUA, na educação rural no Brasil, foi consideravelmente ampliada, por meio dos acordos com o Ministério da Agricultura e acabaram por resultar em inúmeras ações como a Campanha Nacional de Alfabetização Rural (1953) e a fundação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (1954). Nessa nova conjuntura, vários tratados foram assinados com o Ministério da Educação. Esses acordos inauguraram uma nova modalidade de “cooperação” com base na implantação

⁶ Os acordos MEC-USAID, estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development* (USAID) tinham como objetivo promover a reforma do ensino brasileiro. Isso perpassava, contudo, as iniciativas do governo em administrar reformas educacionais e sociais, especialmente no campo. O desenvolvimento econômico deveria ocorrer, segundo premissas capitalistas básicas, incluindo uma política “favorável” às classes rurais para integrá-las à produção, provendo mais recursos financeiros à nação.

⁷ Ver: Bourdieu, 2012, p. 18, para quem a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.

de instituições de assistência técnica para os trabalhadores rurais, materializados no recém-criado Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura (1955), o qual assinou 58 acordos com 80 entidades públicas e privadas, tais como o Crédito Rural e Associações de Assistência visando fortalecer as operações de crédito ao produtor rural no país. No campo da educação em si, foi dada prioridade à concessão de bolsas de estudo nos Estados Unidos, por especialistas do Ministério (MENDONÇA, 2006).

Para a institucionalização efetiva desses cursos em busca de assistência técnica e extensão rural no país ao longo dos anos de 1950 e 1960, o Governo criou nos estados brasileiros, as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que depois seriam coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), 21/06/1956. As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e assessoria na elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. No contexto da polarização política, econômica e militar, a criação dessas associações se deveu, sobretudo, aos incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico⁸ (AIA) entidade filantrópica⁹.

Os incentivos trazidos pela AIA, para Fernando de Azevedo (1962) representaram um avanço em direção ao progresso, diferenciando-se do ruralismo¹⁰ ao propor que os direitos conquistados pelos/as trabalhadores/as também fossem estendidos aos/às trabalhadores/as rurais. A racionalização da agricultura cumpriria um papel importante ao assegurar a manutenção do processo de industrialização coerente com os princípios da modernização que se instalava em solo brasileiro. O ideal buscado era a constituição de um país interagindo em um mundo capitalista e de livre-comércio,

⁸ A *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), cuja iniciativa é geralmente atribuída a Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979), foi uma agência filantrópica que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas destinados ao saneamento e alfabetização. Fundada em julho de 1946 e extinta em 1968, no Brasil, a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961. Entre 1961 e 1968 esta agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no cerrado, criando uma agência de desenvolvimento e colonização, atuando nos principais problemas do meio rural brasileiro: a não racionalização dos recursos naturais, técnicas consideradas atrasadas, falta de inovações tecnológicas, entre outras características (SILVA, 2009).

⁹ “Faz ver (ACAR) como os planos de cooperação internacional empenhados na solução dos problemas rurais podem se desembaraçar dos documentos de estudo e das mesas de conferência, para serem postos em prática nos campos, nos lares e nos vilarejos onde vivem os que necessitam de auxílio” (MINAS GERAIS, ACAR, Relatório 1950/51. Belo Horizonte, 1952).

¹⁰ Sobre o ruralismo há diversos conceitos, aqui é usada a ideia da existência de uma política de defesa da vocação agrícola para o país, e consequentemente, da existência de uma formação específica na perspectiva da profissionalização voltada para o próprio meio rural. Esse viés pode ser verificado em (MENDONÇA, 1987).

mas a tarefa de empreender a passagem do “tradicional” para o “moderno” seria empreendida pelas elites¹¹ “caminhando a passos lentos para a urbanização dos campos, mas inelutavelmente”.

[...] todas essas alterações da infraestrutura, intervindo no processo de urbanização tem de forçosamente concorrer, de sua parte, para melhorar as condições, ainda tão precárias, do trabalhador rural. Para que as populações do campo não emigrem para as grandes cidades e se reduz a uma taxa normal o êxodo rural (pois máquinas, adubos e técnicas modernas nada valem se não há braços suficientes para a lavoura e homens experimentados em utilizá-las), foi preciso que elas tenham uma vida saudável e ao mesmo conforto e as comodidades práticas que tem os habitantes da cidade. Aumento de salários, habitações dotadas de eletricidade e água corrente, assistência sanitária e social, oportunidades de educação, cultura e recreação, são os meios e os únicos meios que existem, para a fixação do homem no campo (AZEVEDO, 1962, p. 228).

A primeira ACAR foi criada em Minas Gerais, em 06 de dezembro de 1948, na gestão de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro¹². Juscelino Kubitschek, inspirado nos cursos de extensão rural de Viçosa e nos bons resultados obtidos pela ACAR-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Kubitschek procurava cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios, ETAs, foram criados em cada estado, nos anos seguintes, sendo em muitos casos embriões de cada ACAR¹³ no respectivo estado, cujos métodos de ação foram inspirados no modelo norte-americano de extensão rural.

A ACAR foi viabilizada pela Participação ativa das Escolas de Agricultura de Viçosa, instituição orientada desde sua origem para a meta da modernização rural, tal como concebia o governo de Minas e a AIA ao fundarem a ACAR – ou seja, aumento da produtividade por

¹¹ Em outras palavras, as elites se apropriaram de assistência técnica ou administrativa, entre outros e ao oferecê-las aos ruralistas mantê-los-iam cativos de suas propostas.

¹² O Governo Mineiro acolheu o programa elaborado pelo Grupo Rockefeller e fundou em 1948, no Estado de Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural, destinada a atuar em prol da melhoria das condições

econômicas e sociais da vida rural, que imitaria a *American International Association for Economic and Social Development* – AIA de natureza norte-americana (PINTO, 2009).

¹³ Outras ACAR foram surgindo em cada estado brasileiro, nas duas décadas seguintes. Vinte e três ACAR foram criadas até 1974 e, juntamente com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, substituta do ETA e criada em 21/06/1956, formavam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural ou SIBER (FONSECA, 1985).

meio da disseminação e de novas técnicas e insumos, conjugado a promoção de mudanças socioculturais no campo, como alternativa a políticas mais radicais de reforma agrária. Desde 1930 praticava-se em Viçosa extensão rural sistemática, em moldes norte americano. Mais tarde foi ali instituído o serviço de extensão, que passou a funcionar com estreita ligação com a ACAR (DULCI, 1999, p. 88).

O método de ação ACAR era inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, os serviços, contudo, não eram prestados diretamente por universidades, mas por associações. O crédito supervisionado, um serviço de assistência técnica comum nos EUA, foi uma inovação no modelo brasileiro. Além disso, integrados às ações da ACAR, surgiram os “dias de campo” em busca da difusão de melhorias necessárias às condições de vida no campo. Esses programas incluíam a participação de lideranças locais, programas de rádio, técnicas de ensino ligadas ao lema do “aprender a fazer fazendo”. Campanhas comunitárias que incluíam noções de higiene, saúde e produção se tornaram palavras-chave do vocabulário histórico do Curso de Economia Doméstica que a esses programas se integraram, preconizados pelas atividades educativas de Extensão Rural no Brasil.

A atividade educativa da extensão rural era realizada através de campanhas comunitárias junto às famílias, objetivando a transmissão de conhecimentos técnicos sobre higiene, saúde e produção. O estado de carência do homem tal como era pensado pela prática extensionista, era determinado pelo baixo nível econômico, associado a um atraso cultural. Portanto, os programas educacionais justificavam-se como instrumento para eliminar essas carências – de alimentos, de informações, de saúde, de laços sociais sólidos do meio rural e integrá-lo ao mundo da produção. Em nenhum momento era questionada a estrutura da sociedade; o desenvolvimento econômico permanecia considerado uma questão de modernização (RATTO, 1992, p. 64).

Realizada por meio de campanhas comunitárias junto às famílias, essas atividades educativas de extensão rural objetivavam a transmissão de conhecimentos técnicos para divulgar o planejamento do emprego de recursos naturais de forma a suprir necessidades da família ou do próprio meio. Era indispensável que o curso de Economia Doméstica atuasse na área extensionista difundindo noções de higiene rural, nutrição, contabilidade, puericultura, enfermagem. Isso por que considerando os princípios sanitários da Carta das Nações Unidas “os governos têm uma responsabilidade pela saúde de seus povos que pode ser atendida apenas pela previsão de adequadas medidas sociais e sanitárias.” (PORTUGAL, 1963, p. 8).

Desse modo, programas educacionais serviam como instrumento para tentar eliminar a escassez de alimentos, de informações, de saúde, de laços sociais do homem brasileiro rural e carente. Traziam imbuídos em si, contudo, o propósito de integrar, os brasileiros e as brasileiras, ao mundo da produção¹⁴ e do consumo, propósitos do capitalismo em expansão no país. O desenvolvimento econômico e industrial, as novas condições de vida criadas, aos poucos e rapidamente aumentavam as exigências de qualificação técnica e intelectual, exigindo modernização de métodos e técnicas produtivas. Mulheres foram chamadas à formação e profissionalização com a tarefa de modificar hábitos, mudar o comportamento das famílias frente aos problemas de práticas agrícolas e domésticas rudimentares e inadequadas, resultantes da falta de planejamento no trabalho e como forma de incentivar uma produção extensiva de bens e serviços.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em 1950, 64% da população brasileira vivia¹⁵ na área rural em condições precárias de saúde, higiene e ausência quase total de conforto no lar. Essa situação de vida no país resultava da baixa rentabilidade da atividade agropecuária devido, principalmente, à deficiência de assistência técnica, educativa, social e financeira. As habitações rurais eram feitas de material rústico, em consonância aos hábitos locais de cada região e à facilidade de se obter material de baixo custo. As casas de alvenaria e as escolas eram quase inexistentes. O meio rural encontrava-se abandonado.

Nesse cenário, as propostas para a educação agrícola adotaram um novo significado a partir de 1950. Excluíram práticas escolares destinadas a crianças e adolescentes e passaram a enfatizar a assistência técnica e financeira aos agricultores, com base na noção de “comunidades” ou “cooperativas”, que deveriam ser organizadas por meio de parcerias. Os governos e organizações envolvidas nas propostas atribuíam a

¹⁴ A ideologia da modernização ocupava-se em promover o mundo industrializado como sinônimos do mundo moderno, não se pode excluir a questão de que o processo de industrialização iniciado nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX necessitou organizar a agricultura e o mundo rural à sua imagem e semelhança. Ou ao menos, organizar o mundo rural tendo em vista suas premissas mais importantes como racionalidade, eficiência, respeito pelo empirismo. Tendo em vista a experiência histórica dos Estados Unidos também na agricultura, em sua forma “moderna”, este foi o principal instrumento utilizado pela AIA para alcançar os objetivos propostos pelos modernizadores no Brasil (SILVA, 2009, p. 40).

¹⁵ Brasil – População Rural e Urbana – 1950-2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 9 set. 2012.

suas práticas uma inclinação iminentemente educativa e não política, uma vez que elas se dirigiam às comunidades rurais e não mais aos/às trabalhadores/as.

A formação da mulher, da dona de casa, tornou-se imprescindível para que ela pudesse promover o atendimento às necessidades de sua família, com conhecimento de técnicas e de diversas práticas, entre elas as agrícolas que garantissem a obtenção de maior produtividade nas culturas e criações caseiras. Por um lado, a formação incentivava a proteção à família; por outro, daria à mulher uma educação profissional que fosse considerada adequada ao seu papel familiar. Os diversos projetos e propostas elaborados com esse objetivo na Economia Doméstica mostraram que era necessária uma profissionalização que se apresentasse como um trabalho digno e adequado. O “culto da domesticidade¹⁶” era incitado e representava uma valorização da função feminina no lar.

No Brasil, a entrada de capitais externos era discutida como opção para acelerar o desenvolvimento do país. A implantação do Curso de Economia Doméstica coincidiu com a preocupação dos governantes com o atraso generalizado das regiões brasileiras em relação às nações desenvolvidas e com a tardia inclusão nos processos industrializados e na modernidade. Nos anos de 1950, a busca pela modernização se acentuou e atingiu a agricultura. Essa modernização se tornaria importante alavancando a produção de matérias-primas destinadas ao mercado, ao mesmo tempo em que ampliava a população consumidora de produtos industrializados. Com o Estado cada vez mais assumindo o papel de organizador do conjunto de economia no país, prevalecia o consenso entre os diversos grupos sociais na defesa da industrialização. Havia, contudo, divisões entre a burguesia brasileira. Alguns grupos defendiam a industrialização sob o controle total do capital nacional e outros pregavam a participação e comando no processo de industrialização brasileira integrando capitais estrangeiros.

Com o desenvolvimento das cidades e a industrialização crescente da economia nacional, praticamente desapareceu a família nuclear como instituída anteriormente, principalmente nas maiores cidades. Em consequência da revolução industrial do século XIX, e de diversos fatores morais e econômicos, a família precisou se reestruturar. A vida, pelas novas condições econômicas, tornou-se mais agressiva e com novas dificuldades para a sobrevivência. As mulheres adentraram o mercado de trabalho e

¹⁶ LOURO, MEYER, 1993, p. 48.

ocuparam serviços nas fábricas e nos escritórios. A mulher viu-se obrigada a lutar pela existência e a contribuir com seu salário para a manutenção do lar.

A ênfase da ação educativa recaiu sobre a escola. Com a mulher, pelo imperativo econômico, obrigada a passar o dia fora de casa, no trabalho, os/as filhos/as foram entregues às creches ou à escola. Era necessário que a mulher ocupasse outros espaços, pois seria impossível conceber-se a ideia da pátria sem se admitir a família, o primeiro grupo social, – o mais essencial de todos os elementos que compõem as aglomerações de homens chamadas nações e “à mulher, à mãe de família, à boa dona de casa, na modéstia de suas tarefas, cabia a formação de uma criatura útil à sua pátria e à humanidade” (SERRANO, 1954, p. 16-17). Era preciso educar as moças brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Economia Doméstica: subsídios para uma proposta curricular*. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1980.
- BROWN, Marjorie; PAOLUCCI, Beatrice. *Home Economics: A Definition*. Washington, D.C.: American Home Economics Association, 1993.
- CHIQUIERI, Ana. Maria Crepaldi. *A Inserção da temática ambiental no curso de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. 230 f. Dissertação (Pós-Graduação *Stricto Sensu*) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Niterói, 2008.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. (Coleção Educação Popular, 3).
- LIMA, Arlete Alves. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1982.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. *História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org), 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes, MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina. *Cadernos de pesquisa*, n. 87, nov. 1993, p. 48.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. The two dichotomies of agricultural education in Brazil (1930-1960). *Estudos sociais agrícolas*, Rio de Janeiro, v. 2, Selected Edition 2006. Disponível em

<http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-05802006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 set. 2012.

MINAS GERAIS. Relatório ACAR de 1950/51. Belo Horizonte, 1952.

PORTUGAL, Henrique Furtado. *Noções de higiene rural*. Rio de Janeiro, Edições SAI, 1963.

RATTO, Izabel Maria Ribeiro. *A visão de família nos cursos de Economia Doméstica*. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, abril de 1992.

SERRANO, Isabel de Almeida. *Noções de Economia Doméstica*. São Paulo: Nacional, 1954.

SILVA, Lucílio Luís. *Educação e Trabalho para o progresso da nação: o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica, 2009.

STIEHLER, Georg et.al. *Metodología del dibujo, trabajos manuales, labores femeninas, economía doméstica, música y gimnasia*. Buenos Aires: Editorial Labor, 1939.

PINTO, Eudes de Souza Leão. A extensão rural no Brasil. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*. V. 5. Recife, 2009.